



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

MUSEU DE ARTE MODERNA, RIO DE JANEIRO, RJ, 12 DE ABRIL DE 1996

Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, meu companheiro e amigo Marcello Alencar; Cardeal Arcebispo do Rio, Dom Eugênio Sales, que, em momentos outros, mais difíceis, ajudou-me bastante a que eu divisasse um rumo para muitas coisas no Brasil, e ainda recentemente pude citar o esforço que ele fez, no Rio Grande do Norte, na questão relativa às populações mais carentes do Estado; Senhor Ministro do Planejamento, José Serra, que, com entusiasmo, está lançado nessa tarefa de voltar a mostrar ao País o rumo que o País já tem a palmilhar, pelo qual vamos chegar aos nossos objetivos; e, sobretudo, surpreendeu, sendo ele paulista e eu carioca, que ele esteja mais carioca do que eu. Vou até balançar um pouco isso e falar de outros Estados; Senhores Ministros de Estado que me dão a honra da companhia – quase todo o ministério está aqui presente; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente do BNDES, Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros; Senhoras e Senhores que estão aqui nos honrando com a presença;

Cada dia que passa, mais tenho confiança no Brasil. Há pouco, eu estava lá em cima, vendo a exposição do Carlos Lício chamada “Arte-

política”, exposição na qual ele exhibe uma parte de obras que fez na cadeia, preso; e que tem como subtítulo “Arte e vida”. E vê-se, ali, um empenho enorme de uma pessoa que, mesmo nas piores circunstâncias, numa solitária, pegava no prato que comia e, com o pouco de que dispunha de material para transformá-lo em alguma coisa que não fosse um mero objeto, mas que simbolizasse algo, fazia uma obra de arte ali. E, aos poucos, se vê como ele vai se recuperando para a vida, até que, no fim, conceitualmente entende o processo todo e a sua obra ganha uma honra, uma outra dimensão, talvez menos apaixonada, mas não por isso menos denunciante e menos forte.

O Brasil é assim, é um país que, mesmo quando está em momentos de grande dificuldade, acaba encontrando aí uma luz, acaba encontrando uma esperança, um caminho, e recobra a confiança em si.

Hoje, essa exposição que vai ser mostrada aqui daqui a pouco, reflete decisões do Congresso Nacional – foi aprovada há poucos dias, graças ao trabalho intenso do Ministério do Planejamento, da Secretaria de Assuntos Regionais –, enfim, um conjunto de trabalhos capitaneados por esses jovens, mas que envolveu todo o Governo e o mesmo esforço que o de mostrar o rumo do Brasil.

Por causa da inflação, por causa da desordem que tudo isso gerou, pela incapacidade de tomar uma decisão que tivesse consistência e persistência, nós nos desacostumamos de ver os objetivos e de perseguí-los com afinco. Estamos voltando a ver isso.

O Ministro José Serra mencionou que, talvez, a última visão global tenha sido aquela apresentada no governo do General Geisel – e é verdade –, que propôs um plano de desenvolvimento, para as condições da época, em que havia centralização muito grande de poder e em que a poupança era basicamente poupança do Estado. O Estado comandava o processo e puxava um setor privado nacional. O setor privado estrangeiro fazia o tripé, como se chamava então. E se desenhava um conjunto de objetivos, uma parte dos quais está cumprida.

Claro, tivemos problemas – crise de petróleo, outras crises mais –, mas ali houve um momento em que o Brasil, de novo, viu que tinha condições de divisar um horizonte. Isso não depende do governante:

depende da sociedade. Não é virtude minha ou dos ministros, por mais que eu os elogie, e sempre o faço, isso é virtude do Brasil, o país que encontrou, de novo, o caminho da esperança.

Esse caminho é trabalhoso, e, muitas vezes, há, ainda, a descrença.

Por exemplo: eu estava lendo aqui os números do Plano Plurianual. É um plano que abarca quatro anos; então, é claro que os números são grandes. Mas as pessoas dizem: “De onde é que vem esse dinheiro?” Aqui temos o total dos recursos públicos e privados para os quatro anos: 459 bilhões de reais. Olha, isso é muito dinheiro. O orçamento da República deste ano já é quase o PIB atual, quase o produto bruto nacional de hoje. E, disso, 66% – 305 bilhões – são aplicados em programas sociais.

E eu já vi reação: “Mas o Governo não tem dinheiro. Como é que vai fazer isso?”. Em primeiro lugar, não se trata de o Governo ter ou não ter dinheiro. Ele tem alguns recursos que, às vezes, estão mal aplicados. O que nós temos que fazer é reaplicá-los ou aplicá-los melhor; por isso as reformas, para dar ao Governo latitude maior, para que ele possa aplicar melhor os recursos disponíveis.

Em segundo lugar, aqui não se trata de recursos do Governo. Há um conjunto de esforços, em que o Governo induz, mas a sociedade coopera. O Ministro Serra mencionou Sepetiba e deu alguns números que até a mim assustaram, mas são verdadeiros: 1 bilhão e meio de dólares. É claro que o Governo Federal, se tivesse, poria mais do que isso aqui à disposição do Rio de Janeiro. Não tem. Mas, se olharmos bem, o que ele disse aí foi o seguinte: existem recursos, para a parte federal, de cerca de 135 milhões ou algo assim, aos quais vamos acrescentar, da privatização da Light, mais 150. Digamos que vamos chegar a uns 300, 400 milhões. O resto é investimento privado. Só que o setor privado só vai investir se colocarmos esses recursos que são seminais, que preparam a terra para que haja fertilidade.

Então, é esse o esforço do PPA. Não se trata de dinheiro totalmente vindo de impostos. Mas é o rumo do Brasil, não é o rumo do Governo. Por isso passou pelo Congresso; por isso o Congresso modificou, acrescentou, alterou. Algumas bancadas são muito ativas.

Por exemplo, a do Nordeste. E o Relator desse projeto é o Deputado Osvaldo Coelho, lá de Petrolina. Eu estive recentemente em Petrolina. Ele estava feliz, porque tínhamos liberado alguns recursos para a irrigação, e ele tem uma preocupação obsessiva – e correta – com a irrigação no Nordeste.

Pois bem, o Ministro Lucena sabe disto: que, no nosso Plano Plurianual, nós estamos contemplando muitas obras hídricas. Não é só de irrigação. A irrigação custa muito caro. É água para beber, é água para ter em reservatório. A isso vamos acrescentar recursos que vêm de fora, do Banco Mundial, e outros que virão do BNDES. Vamos, realmente, dar ênfase muito grande, também, à Região Nordeste. Já se sabe quais são os projetos privados e públicos que precisam ser feitos lá naquela região.

Tivemos, mesmo, a audácia, outro dia, de dizer “Olha, temos que discutir a questão do São Francisco com clareza”, para que não se fique sem água para gerar energia, água suficiente para a irrigação – ou água de beber, porque o pessoal precisa beber água. O povo daquela terra crestada pelo sol não tem, certas épocas, nem água para tomar, e todo mundo abandona a terra.

Então, nós, aqui, estamos lidando, também, com o Nordeste, sempre, como disse o Ministro Serra, nessa concepção que não é regional e nem é local: são corredores de desenvolvimento. Não são nem pólos. Quando eu estudava a sociologia do desenvolvimento – tinha um grande mestre francês chamado Pierre Bordieu –, todo mundo pensava que o desenvolvimento se faria através de pólos. E até se fez. Hoje, a concepção é outra, é mais dinâmica. Temos que fazer corredores, de tal maneira que um investimento implique outro e eles se multipliquem. Daí, a referência do Ministro Serra à questão do porto de Sepetiba, que, no fundo, é o escoadouro de uma região que vem lá do Centro-Oeste e é muito importante – o Centro-Oeste está crescendo com muita velocidade –, pega ainda uma parte de Minas Gerais e uma parte de São Paulo. E nós temos que ver a globalidade.

Temos que enfrentar a questão das hidrovias. Já começamos, na questão, por exemplo, do Tocantins–Araguaia. Amanhã, vamos ter

que discutir uma eclusa, lá em Tucuruí, para viabilizar efetivamente a ligação de toda essa região do Brasil Central, saindo lá pelo Pará. Já estamos fazendo, no rio Madeira, que vai desaguar no rio Amazonas – custa até barato – o balizamento. E já lá no Amazonas, em Itacoatiara, está sendo feito um porto para exportação de grãos. Então, isso vai dar um outro canal de desenvolvimento de toda essa região, integrando aquele Brasil que está lá encostado nos Andes e que tem ou uma saída pelo Pacífico – e um dia terá – ou essa saída mais fácil, neste momento, que é via Amazonas.

Então, esse plano expressa essa vontade de um Brasil que se reintegra, que se reencontra. E é uma expressão física. Basicamente, aí, estamos mostrando o que vai ser feito no terreno da infra-estrutura. São estradas, são portos, são unidades geradoras de energia, são pólos petroquímicos. Enfim, um desenho de um novo Brasil, que já está existindo; pelo menos já está começando a engatinhar, mas vai andar logo. E espero que ande: vai mais um tempinho, mas, antes do final do Governo, a gente vai ver que o Brasil está andando.

É claro que nada disso são obras que, ditas assim, não mostram a complexidade do que se está precisando fazer do Brasil. Vou me referir só a duas dimensões, apenas, porque são muitas as dimensões que eu poderia mencionar para mostrar o que se está fazendo, nunca esquecendo da modernização do Estado: esperar um Estado mais competente, mais eficiente, mais capaz de responder, nessa nova articulação com a sociedade civil; um Estado que se refaz para poder ser um Estado que fiscaliza, que se abre à sociedade civil, a qual tem como fazer pressão sobre esse Estado; e que vai eliminando o clientelismo, a praga que matava a nossa capacidade de gerir com discernimento e com racionalidade os recursos públicos.

Deixando essa questão de lado, eu queria me referir, ainda, a dois aspectos. Um é que nós estamos dando um salto de patamar no desenvolvimento do Brasil. Quando eu digo “nós”, não é o Governo, repito, porque, senão, vão pensar que estou aqui fazendo propaganda. Não estou fazendo propaganda de governo nenhum: estamos fazendo propaganda do País.

Hoje, estamos passando por um outro patamar de desenvolvimento. O que tanto se fala, com tanta incompreensão, da globalização é um fato, é um processo que está aí, cujos efeitos podem ser bons ou ruins, dependendo um pouco de como reagiremos a ele. Mas temos, hoje, uma política para isso, coisa que não tínhamos algum tempo atrás, porque, quando a gente não conhece a realidade, fica como a avestruz, enfiando a cabeça dentro da areia, dizendo: “É ruim. A globalização vai matar todo mundo.” E não acontece nada. Aí morre mesmo. Tem que ver qual é o processo, o que significa isso, como é que os investimentos se dão no mundo e que possibilidades temos de nos inserirmos nesse processo.

Pois bem, para isso, estamos mudando o tipo de industrialização brasileira. Vou dar um só exemplo, que dei, há pouco, na hora do almoço. A indústria automobilística teve dois momentos: um foi o momento da sua implantação – o Juscelino Kubistchek aceitou *n* fábricas, vêm as montadoras e montam o automóvel. Muito bem. Agora, estamos em outro momento. Não adianta montar automóvel, só. Aliás, a indústria automobilística está crescendo como nunca no Brasil, neste ano, no ano passado. Expansão enorme. Vivo vendo gente que não sabe de nada falando de recessão. Não. Está havendo crescimento.

Hoje se trata não mais de juntar partes e fazer o automóvel assim, mas de fazer o desenho do novo automóvel, desenhar o motor, experimentar materiais novos, tecnologia nova, olhar o mercado mundial, produzir um *design* para esse mercado mundial e produzir o carro para vender no mundo. Só sete países fazem isso. O Brasil vai ser o oitavo. Já está aí. Por quê? Porque nós tomamos medidas competentes para fazer com que essa indústria viesse para o Brasil. Se, diante do que estava acontecendo no mundo, ficássemos de braços cruzados, nós íamos ficar montando os mesmos automóveis sem agregar valor a eles. Então, é outro desenvolvimento que está ocorrendo já.

Esse outro desenvolvimento produz conseqüências sociais, boas e más. Fala-se muito, hoje, de desemprego. Pois bem, os números, na

sua globalidade, não mostram desemprego. O ano passado tivemos o menor índice de desemprego da história, registrado no IBGE.

Este ano, dados do Dieese, dos sindicatos, da Fiesp mostram que, até fevereiro – não tenho os de março – houve flutuação normal. Mas não nos enganemos: está havendo mudança na estrutura de produção, alguns estão perdendo empregos, embora outros estejam ganhando. Só que quem ganha é o mesmo que perde, e o Governo tem que estar atento a isso, porque alguém perde. Vou tomar o exemplo do automóvel: como vêm novas fábricas, vão fazer novos motores, novos tipos de automóveis, as autopeças que eram fabricadas não servem; e, se o produtor não se equipou para fazer as novas, ele fecha a fábrica dele, ele perde, dispensa operários e vai à falência. Vai acontecer isso. Outro está abrindo fábrica e, às vezes, noutro lugar. O mesmo vale até para tecidos e calçados. Vão olhar no Nordeste o que está acontecendo com tecidos e calçados: está aumentando o emprego. Está diminuindo em São Paulo, está diminuindo em Santa Catarina.

O Governo não tem que olhar só o que está aumentando. Tem que olhar o que está diminuindo e ter atenção muito forte para as questões sociais. Aí entra educação, entra saúde – entra educação porque, se não retrainar o trabalhador, ele não tem como se reempregar amanhã – e essas condições de vida da população.

Então, o fato de estarmos com esse programa aqui, mostrando um Brasil que cresce, que vai crescer, é apenas para dizer: “Olha, nós teremos possibilidade de enfrentar os problemas.” Não é para dizer: “Portanto, não temos problemas.” Não, nós temos problemas, mas temos que olha-los com confiança na nossa capacidade de enfrentá-los. Está havendo desemprego aqui? Tem que acabar com ele. Como é que acaba com ele? É trabalhando, é projetando, é criando condições de educação, etc.

Então, esta exposição aqui é para mostrar isso. O Brasil tem rumo. Não vamos aceitar nenhuma tese que indique estabilização sem crescimento. Somos capazes, como temos sido, de frear, quando necessário, um crescimento muito grande, porque ele prejudica a es-

tabilização e o desenvolvimento. Nós diremos “não” quando for necessário. Diremos “não” com a convicção de que o grande “sim” está sendo dito. É o “sim” ao futuro, é o “sim” à possibilidade efetiva de uma sociedade mais justa, mais integrada, democrática, certamente, e com uma base material forte, que está, já, espelhada aqui nesses painéis que vão ser mostrados.

Eu agradeço muito. Peço desculpas, mais uma vez, por ter falado demais e por não ter citado o Rio de Janeiro. Mas não citei porque, hoje, na hora do almoço com um grupo de empresários, não fiz outra coisa a não ser tecer loas ao Rio. E subscrevo o que disse o Ministro Serra aqui, gostosamente, com o seu texto, e, assim, o Rio vai continuar sendo a terra do Corcovado.

Muito obrigado.